

RESTAURAÇÃO NEOLIBERAL E O ESGOTAMENTO HISTÓRICO DE FORMAS CONSAGRADAS DE RESISTÊNCIA

Resumo

Neste trabalho, exploro a ideia de que os elementos constituintes daquilo que se entende como o Estado desenvolvimentista não são mais uma alternativa realmente existente (sequer de modo latente) no estágio atual da sociedade capitalista. De modo a avançar esse raciocínio, a primeira parte do artigo dedica-se à discussão de dois truísmos. Em primeiro lugar, que processos intensos de acumulação de capital encontram-se no centro das experiências históricas de “desenvolvimento” e, por isso, figuram também no centro das teorias que procuram conferir a elas alguma razão científica. Em segundo lugar, que o Estado é tanto mais habilitado para executar uma agenda de “desenvolvimento” quanto mais vigorosa for a acumulação de capital e que, portanto, o Estado é dela dependente e tende a se voltar à sua promoção. O tratamento desses dois pontos justifica-se porque, por um lado, a história intelectual do desenvolvimentismo mostra-nos que a condição de país “desenvolvido” é frequentemente vinculada a alguma forma de Estado de bem-estar social e, por outro, a resistência aos avanços da agenda neoliberal está frequentemente vinculada à tentativa de preservação das estruturas típicas desses Estados. Essa primeira parte possibilita formular e responder, na terceira seção, a seguinte pergunta: se a capacidade de intervir (e de sustentar as referidas estruturas) do Estado é indissociável da acumulação de capital, o que acontece se o eixo da acumulação desloca-se (em volume e protagonismo) de maneira irreversível para a esfera do capital fictício?

Palavras-chave: Estado; desenvolvimento; neoliberalismo; antineoliberalismo.

EDUARDO SÁ BARRETO

Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx)

Abstract

In this work, I explore the idea that the constituent elements of what is understood as the developmental State are no longer a real alternative (even latently) at the present stage of capitalist society. In order to advance this reasoning, the first part of the article is dedicated to the discussions of two truisms. Firstly, that intense processes of capital accumulation lie at the heart of the historical experiences of “development” and therefore are also at the center of theories that seek to give them a scientific understanding. Secondly, that the State is all the more enabled to execute a “development” agenda, the more vigorous the accumulation of capital is, and therefore, the State is dependent on it and tends to turn to its promotion. The treatment of these two points is justified because, on the one hand, the intellectual history of developmentalism shows us that the condition of a “developed” country is often linked to some form of Welfare State and, on the other hand, resistance to advances of the neoliberal agenda is often linked to the attempt to preserve the typical structures of these States. This first part makes it possible to formulate (and answer), in the third section, the following question: if the capacity to intervene (and to sustain the welfare structures) of the State is inseparable from the accumulation of capital, what happens when the axis of accumulation moves (in volume and protagonism) irreversibly into the realm of fictitious capital?

Keywords: State; development; neoliberalism; anti-neoliberalism.

Depois de uma verdadeira ruptura na história, não podemos simplesmente voltar ao passado ou ir em frente como se nada tivesse acontecido – ainda que o façamos, a mesma prática adquirirá um significado radicalmente diferente.

Žižek, 2013

I. Introdução

Como bem se sabe, as últimas décadas assistiram a uma ascensão irresistível – mais ou menos irregular e desigual, porém persistente – da agenda política e econômica neoliberal. Não deve ser novidade para nenhum espectador atento que são razoavelmente numerosos os episódios de enfrentamento a este avanço, desde os flagrantemente malsucedidos até os momentaneamente bem-sucedidos. São também bastante numerosos os episódios de capitulação ou rendição a essa agenda, inclusive por governos eleitos com plataformas explicitamente antineoliberais.

Sequer é preciso recuar tanto no tempo para poder observar colisões dessa natureza. Mesmo movimentos recentes na política global demonstram que, ao menos no plano das ideias, a dominância do receituário neoliberal não avança sem ser frequentemente desafiada. O novo-desenvolvimentismo e o neoestruturalismo latino-americano, por um lado, tateiam por uma solução supostamente à esquerda, acatando um conjunto de diretrizes de política econômica, ao mesmo tempo em que tentam preservar algum espaço para um

Estado condutor ao “desenvolvimento”¹. Por outro lado, a partir do fenômeno mais recente de todos – a eleição de Donald Trump e sua plataforma protecionista nos EUA –, pode ser evidenciado que até no campo conservador, vez ou outra, reconhece-se a tragédia de um mundo neoliberal.

A questão da resistência a esse mundo é, portanto, premente. Por isso, o sistemático fracasso dessa resistência reclama explicação. Em outros termos, a reflexão acerca das condições de possibilidade de uma resistência bem-sucedida impõe-se de maneira incontornável. Assim, nas seções que seguem, procuro explorar a ideia de que os elementos constituintes daquilo que se entende como o Estado desenvolvimentista não são mais uma alternativa realmente existente (sequer de modo latente) no estágio atual da sociedade capitalista. Ademais, explora-se uma implicação quase direta disso: a resistência à hegemonia neoliberal não dispõe mais de certos pontos de aderência e sustentação tradicionais baseados em estruturas típicas dos Estados de bem-estar social do século XX e de políticas econômicas de inspiração keynesiana.

Não são posicionamentos pouco controversos, para dizer o mínimo. Um complicador adicional é que o argumento a ser elaborado cria, naturalmente, pontos de contato com uma série de importantes debates clássicos. Em primeiro lugar, a própria caracterização das arenas e formas típicas de resistência às políticas neoliberais

suscita o debate a respeito dos modelos de Estado de bem-estar social (ESPING-ANDERSEN, 1990). Além disso, quando tratarmos da ideia de processos nacionais de “desenvolvimento”, ficarão evidentes duas vias principais de diálogo e crítica possível. Por um lado, o debate a respeito das políticas para o “desenvolvimento”, bem representado pelas contribuições da CEPAL, por exemplo (BIELSCHOWSKY, 2000). Por outro lado, a ideia de que processos nacionais de “desenvolvimento” conformam um movimento na hierarquia internacional e uma reestruturação na divisão internacional do trabalho traz à tona todo o amplo e variado conjunto de formulações sobre imperialismo e dependência (CORRÊA, 2012; AMARAL, 2012). Por último, a eventual rejeição do Estado desenvolvimentista como uma arena possível de resistência poderia situar (equivocadamente, eu diria) a presente reflexão em um debate sobre reforma ou revolução.

Naturalmente, é inviável detalhar, no espaço que dispomos, os elementos e nuances dessas contribuições. Adota-se, por isso, estratégia distinta. A primeira parte do artigo dedica-se à exploração de dois truísmos. Em primeiro lugar, que processos intensos de acumulação de capital encontram-se no centro das experiências históricas de “desenvolvimento” e, por isso, figuram também

¹ Ao longo de todo o texto, o termo “desenvolvimento” e o qualificativo “desenvolvido” aparecerão entre aspas sempre que eu utilizá-los no mesmo sentido empregado pelos autores desenvolvimentistas, e não no sentido propriamente marxiano. Para uma reflexão aguda sobre o sentido de *desenvolvimento* na literatura econômica e em Marx, ver Bonente (2016).

no centro das teorias que procuram conferir a elas alguma razão científica. Em segundo lugar, que o Estado é tanto mais habilitado para executar uma agenda de “desenvolvimento” quanto mais vigorosa for a acumulação de capital e que, portanto, o Estado é dela dependente e tende a se voltar à sua promoção. O tratamento desses dois pontos justifica-se porque, por um lado, a história intelectual do desenvolvimentismo mostra-nos que a condição de país “desenvolvido” é frequentemente vinculada a alguma forma de Estado de bem-estar social e, por outro, a resistência aos avanços da agenda neoliberal está frequentemente vinculada à tentativa de preservação das estruturas típicas desses Estados. Até este ponto, o artigo não oferece nenhuma tese realmente original. Essa primeira parte, contudo, possibilita-nos formular e responder a seguinte pergunta: se a capacidade de intervir (e de sustentar as referidas estruturas) do Estado é indissociável da acumulação de capital, o que acontece se o eixo da acumulação desloca-se (em volume e protagonismo) de maneira irreversível para a esfera do capital fictício?

2. “Desenvolvimento”: histórica e teoricamente indissociável da acumulação

Segundo o economista sul-coreano Ha-Joon Chang (2004), o principal interesse motivador da Economia do Desenvolvimento é a transformação econômica capitaneada por Estados. Sendo

assim, a história do século XX oferece uma série de casos de sucesso (e de fracasso) a servir de objeto para tal tipo de reflexão. A análise comparada das experiências concretas de “desenvolvimento” costuma revelar dois traços bastante salientes. Primeiramente, o conjunto de políticas pelo qual os Estados buscaram conduzir o processo de transformação econômica é absolutamente distinto daquilo preconizado pelo ideário político hoje dominante e suas diretrizes de interferência política na economia. Em segundo lugar, e como desdobramento do primeiro traço, não há registro histórico de trajetórias de “desenvolvimento” que tenham se apoiado nos assim chamados mecanismos automáticos do mercado.

De acordo com a categorização de Abramovitz (1986), seria possível identificar três tipos distintos de trajetórias de “desenvolvimento”: *forging ahead*, *catching up* e *falling behind*. No primeiro, que denota um movimento de lançar-se à frente, estariam aqueles países que assumiram posições centrais na hierarquia mundial em certos momentos críticos (e precoces) da história do mundo capitalista, alçando-se assim à condição de nações “desenvolvidas”. Os dois exemplos mais emblemáticos são o da Grã-Bretanha, o epicentro da primeira Revolução Industrial, que encerra o longo processo de gênese do modo de produção capitalista, e o dos Estados Unidos da América, que assumem proeminência e protagonismo inquestionáveis ao longo das três décadas

de conflito mundial que marcam a primeira metade do século XX.

O segundo tipo indica uma trajetória pela qual se alcança, a partir de uma posição subordinada, patamares de “desenvolvimento” compatíveis com os daqueles países já “desenvolvidos”. Estaria enquadrado nesse tipo de trajetória um seleto grupo de nações que empreenderam seus processos de transformação econômica e social na segunda metade do século XX, notadamente entre os anos 60 e os anos 80. Tratarei brevemente, mais adiante, como essas experiências de *catching up* costumam ser interpretadas na literatura de corte desenvolvimentista.

O terceiro tipo de trajetória aponta para processos nos quais nações encontram-se enclausuradas em posições hierárquicas subordinadas/subalternas, seja por terem sido malsucedidas em suas políticas de transformação estrutural, seja por jamais terem encontrado os meios (materiais, econômicos, institucionais etc.) para articular uma intervenção portadora de potencial transformador.

A esse respeito, Evans (1995) fornece um abrangente campo conceitual quanto ao que seriam, ou deveriam ser, tais meios. No plano de abstração mais elevado, as categorias decisivas de sua interpretação são a Autonomia do Estado e as relações Estado-sociedade. A autonomia, cujo pressuposto organizacional seria uma burocracia com traços próximos ao do tipo ideal weberiano,

conferiria ao Estado capacidade de atuar sobre as condições postas em prol de objetivos prévia e claramente delineados, sem estar sujeito à pressão de grupos de interesses ou, na pior das hipóteses, à captura do aparato burocrático por algum desses grupos. Já as relações Estado-sociedade conformariam o espaço de formação de uma agenda sobre a qual o Estado poderia atuar de forma mais ou menos autônoma. A esse par de noções centrais, Evans chama de Autonomia Enraizada [*Embedded Autonomy*].

Em outro nível de análise, mais concreto, o autor elenca quatro papéis básicos que o Estado poderia desempenhar, cuja combinação torna-se, a depender do âmbito da intervenção, mais ou menos conducente a processos considerados virtuosos (de “desenvolvimento”). No mais básico desses papéis, o de regulador [*custodian*], o Estado limita-se a traçar e regular os limites institucionais de funcionamento dos mercados e das relações dos agentes econômicos nacionais com os mercados externos. Segundo Evans, os Estados contemporâneos, informados pela doutrina neoliberal, circunscrevem-se a atuar como meros reguladores, ainda que nem mesmo esse papel os defensores mais empedernidos do Estado mínimo costumem reconhecer como legítimo.

O segundo papel, de demiurgo, refere-se à atuação do Estado como efetivo produtor, seja em setores em que a iniciativa privada demonstrasse inviável ou reticente, seja em casos em que

a iniciativa pública efetivamente concorre com a privada. Aqui, temos um tipo de atuação cuja presença é – se direcionada adequadamente a setores estratégicos – apontada por Evans (e outros autores) como crucial para processos bem-sucedidos de “desenvolvimento”.

Os dois últimos papéis, contudo, são vistos como os realmente fundamentais e indispensáveis (tanto teórica quanto historicamente) para uma trajetória de *catch up*. Atuando como parteiro [*midwifery*], o Estado seria capaz de identificar, nos movimentos mais estruturais da economia global (novas tecnologias, novos mercados, novas estruturas de mercado etc.), a emergência de janelas de oportunidade cujo aproveitamento exige sua iniciativa, no sentido mais estrito do termo. Em outras palavras, no papel de parteiro, o Estado toma para si a iniciativa de “trazer à vida” setores estratégicos em novos cenários econômicos que emergem no âmbito internacional. Quando atua como cultivador [*husbandry*], o Estado encarrega-se de estimular e “nutrir” estruturas já existentes capazes de fazer proveito de novas forças dinâmicas típicas de um episódio de janela de oportunidade.

Finalmente, há um nível da análise referente não às condições de ação e capacidades mais imediatas de um Estado, mas às restrições globais que são impostas à sua atuação. De certa forma, este elemento já estava indicado no parágrafo anterior, mas aqui ele se encontra ampliado de modo

a incorporar, além das oportunidades, as limitações impostas pelo ambiente externo; e além das oportunidades e limitações de ordem econômica, também aquelas de ordem geopolítica.

Palma (2004) afirma, por exemplo, que qualquer conjunto de políticas mobilizado a partir de um projeto de “desenvolvimento” não tem as suas possibilidades de sucesso determinadas apenas pela racionalidade e lógica internas de sua elaboração, ou pela intensidade do consenso que consegue articular, ou mesmo pelo rigor e precisão de sua implementação. A chance de sucesso, diz o autor, é determinada de maneira igualmente decisiva pela configuração do equilíbrio de forças (políticas, econômicas, militares etc.) no ambiente internacional. Neste mesmo sentido, Katzenstein (1990) sustenta a ideia de que, quando se trata de avaliar o papel do Estado em processos de “desenvolvimento”, o objeto da análise deve ser o tipo de estratégia nacional adotada para administrar tais interdependências e assimetrias internacionais, e não simplesmente uma força e disposição abstrata do Estado em conduzir a transformação.

Dito isso, fica evidente o quão anacrônica é a relativa pouca ênfase dada à geopolítica do pós-guerra (e especialmente à dos anos da Guerra Fria) como elemento explicativo indissociável do restrito número de experiências concretas de *catch up*. Os casos mais amplamente tratados pela literatura apontam como exemplos

representativos a acelerada recuperação da Alemanha (e da Europa ocidental, em geral) no pós-guerra, a extraordinária ascensão do Japão, especialmente a partir dos anos 50, e a expansão igualmente impressionante de Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura, especialmente a partir dos anos 60.

Não é difícil perceber que o “desenvolvimento” econômico e social desses países figurava como estratégico em um contexto de política de contenção do avanço comunista, encampada especialmente pelos governos dos EUA ao longo do período. Concretamente, a Europa ocidental pôde reconstruir-se, sob os auspícios do Plano Marshall a partir de 1947, conformando uma barreira política e geográfica a oeste do bloco soviético. O leste asiático (principalmente o Japão), por seu turno, teve sua ascensão econômica amplamente impulsionada pela demanda industrial americana relacionada aos esforços de guerra na península da Coreia e no Vietnã, criando uma barreira a leste da União Soviética e da China.

Sem tais elementos, não se consegue compreender adequadamente, por exemplo, o que levou os EUA a abrirem seus mercados de forma praticamente unilateral a alguns países da Europa e do leste Asiático. Esse ponto é ilustrativo, pois costuma-se ressaltar com muito mais frequência (ou com muito mais ênfase) a outra ponta das relações internacionais da época, de uma espécie de rompimento unilateral com regimes comerciais

mais livres por parte dos Estados desenvolvimentistas. Como veremos adiante, é este tipo de leitura que está pressuposto em concepções que tomam o processo nacional de “desenvolvimento” como uma possibilidade permanentemente em aberto (ainda que sob condições cambiantes) na história interna do mundo capitalista².

E quais são as principais virtudes levantadas a respeito da atuação desses Estados? Em primeiro lugar, o assim chamado regime comercial não-neutro, indicando que esses países praticavam proteção a indústrias nascentes, eram razoavelmente livres quanto à importação de insumos (mas subsidiavam setores exportadores), buscavam ativamente coordenar investimentos complementares, regulavam pesadamente a entrada e saída dos mercados etc. Em segundo lugar, perseguiam a assimilação das melhores tecnologias por meio de um sistema educacional tornado uma das principais prioridades da política de Estado, de subsídios ao P&D privado, de P&D público, de licenciamento tecnológico para facilitar e estimular transbordamentos, entre outros. Terceiro, quanto à política industrial, praticavam a identificação de setores estratégicos e prioritários, criando mecanismos de acesso privilegiado a moeda estrangeira, crédito, regimes tributários, mecanismos de financiamento

² Que Rostow (1959) o fizesse, ainda na década de 1950, é passível de crítica, mas muito mais justificável do que concepções semelhantes veiculadas ainda hoje.

e colocando-os (os setores) sob forte supervisão (e, por vezes, controle) do Estado. Por último, a política externa, mantendo em geral os mercados internos de capital fechados, sendo pouco abertos ao investimento estrangeiro direto e mais abertos em relação ao comércio, tecnologia e dívida; enfim, uma política de abertura externa visivelmente discricionária.

O relatório do Banco Mundial (1993) intitulado *The East Asian Miracle* conclui que o elemento determinante no caso do leste asiático foi a capacidade daquelas nações de coordenar investimentos complementares, gerando aquilo que o economista estoniano Nurkse (1957) denominou *big push*, evitando assim a criação de desequilíbrios e gargalos estruturais no movimento de arranque de uma nação rumo ao “desenvolvimento”.

Outra forma de retratar o fenômeno, sem sair do registro desenvolvimentista, apoia-se, ao contrário, em noções de “desenvolvimento” desequilibrado, um movimento dinâmico, caracterizado por processos cumulativos, naquilo que Hirschman (1961) chama de conspiração multidimensional para o “desenvolvimento”. Noção que, poderíamos afirmar, é compatível com uma concepção de Sistemas Nacionais de Inovação, inspirada em List e nos neo-schumpeterianos, que traz³ como estrutura institucional básica precisamente algumas das alegadas virtudes, elencadas um pouco acima: um núcleo organizado em torno de um subsistema industrial, um subsistema

técnico-científico e um educacional, por um lado; e, adjuntamente, uma moldura jurídico-política, um subsistema financeiro desenvolvido e seguro e padrões de investimentos não conducentes a gargalos estruturais irremediáveis.

Na América Latina, ao contrário, estiveram ausentes tanto as condições geopolíticas quanto as principais virtudes de um Estado desenvolvimentista apontadas por Chang, Evans e outros. No plano da ordem internacional, o posicionamento da América Latina no equilíbrio de forças do período do pós-guerra foi claramente pouco privilegiado, por tratar-se da zona de influência mais imediata do poder americano e, por isso, dispensar políticas de contenção do tipo que foram aplicadas na Europa e Ásia e que foram importantes engrenagens na modernização das nações afetadas.

Por outro lado, mesmo contando com “desvantagens comparativas” dessa natureza, o continente foi capaz de realizar excepcional processo de industrialização entre os anos 1950 e os anos 1980. O modelo predominante, em sintonia com a experiência asiática, foi o de industrialização por substituição de importações. Ao contrário do caso asiático, contudo, esse foi mais predominantemente orientado para os mercados internos, e não para a exportação.

³ Tanto no sentido descritivo quanto no normativo.

Em termos teóricos, é o estruturalismo latino-americano que, predominantemente, interpreta (justifica teoricamente) ou informa as iniciativas estatais no continente nesse período. Nele, vemos os principais elementos também afirmados no decorrer da experiência asiática. A indústria é entendida como a principal engrenagem do crescimento econômico e, por isso, a industrialização por substituição de importações é tomada como a estratégia adequada para dar impulso ao “desenvolvimento”. Além disso, a especialização na produção e exportação de commodities é vista, a partir das teorias da deterioração dos termos de troca, como uma das causas fundamentais do aprisionamento do continente em trajetórias de dependência ou de “desenvolvimento” dependente. Finalmente, concluía-se que apenas um Estado ativo, orientado por esse diagnóstico – e, poderíamos acrescentar, com os traços de autonomia e enraizamento discutidos por Evans –, seria capaz de romper com a reprodução viciosa de posições dependentes e subordinadas na ordem internacional.

Apesar dos notáveis resultados que antecederam a assim chamada década perdida, contudo, as transformações estruturais produziram novas exigências para o processo econômico que não evoluíram de forma sincronizada, gerando gargalos importantes de infraestrutura, investimentos, acesso a moeda estrangeira etc. Isso, por sua vez, associado às condições de abundante liquidez internacional nos anos seguintes ao

primeiro choque do petróleo, conduziu a processos de endividamento acelerados e, como ficou demonstrado ao fim da década, insustentáveis.

A mudança da política monetária americana em 1979 triplicou a taxa de juros ao longo dos três anos seguintes, lançando uma série de países latino-americanos à insolvência. O México foi o primeiro a quebrar, em 1982, mas depois vieram Argentina, Brasil, Chile e Venezuela, entre outros. As crises da dívida foram a porta de entrada para a imposição da agenda de reformas neoliberais nos países do continente, primeiro com o Plano Baker e depois, ao fim da década, com o Plano Brady.

No entanto, o que ocorre com a América Latina neste momento é apenas um exemplo do que normalmente se entende como a dissolução de um consenso articulado em torno de um conjunto de políticas orientadas para o “desenvolvimento” e a simultânea ascensão de um novo consenso orientado justamente, entre outras coisas, para o desmantelamento de todo o aparato de intervenção estatal erigido no pós-guerra. A Europa ocidental e as ex-repúblicas soviéticas, no início dos anos 1990, a Rússia, o leste e sudeste asiático, no final dessa mesma década, e novamente a América Latina, de meados dos 90 à virada da década, foram igualmente assediados pela nova agenda; em todos os casos, a porta de entrada da imposição de reformas foram crises financeiras mais ou menos súbitas e pronunciadas.

Mas será que a onda neoliberal que se espalhou pelo globo nos anos 1980 e 1990 deve ser explicada (como normalmente é feito) simplesmente em função da emergência de fragilidades no balanço de pagamentos americano, do fenômeno da estagflação e da erosão mais ou menos acelerada de um consenso em torno de certas diretrizes políticas para o “desenvolvimento”?⁴ Mais que isso, será que o impulso desenvolvimentista é uma alternativa ainda em aberto, dependendo sua reanimação tão somente de mais uma inflexão na ideologia hegemônica? É desse diagnóstico simplificador, e da tentativa de desmistificá-lo, que tratamos na sequência.

3. A esquerda e o Estado desenvolvimentista

Desde quando se pode reconhecer claramente uma efetiva agenda de políticas de Estado para o “desenvolvimento”, a esquerda (*lato sensu*) tem sido desafiada a posicionar-se e o tem feito de maneira relativamente variada. A questão sensível é que, ao realizar de maneira bem sucedida sua ascensão na hierarquia econômica internacional, os países que fizeram o *catch up* também se colocaram em condições de sustentar uma rede de proteção social, baseada fundamentalmente em educação, saúde e previdência universais⁵, o assim chamado Estado de bem-estar social.

Podemos identificar, grosso modo, três posicionamentos básicos no pensamento e na práxis da

esquerda. Parte reconheceu no Estado de bem-estar a face mais virtuosa do capitalismo (uma espécie de configuração do sistema capaz de superar ou amenizar, ao limite, suas próprias contradições) e o tomou como fim em si. Parte o tomou como uma espécie de estágio intermediário entre um capitalismo mais selvagem e anárquico e uma sociedade efetivamente emancipada; não exatamente como uma etapa necessária, mas como um estágio capaz de garantir uma “solução” imediata à urgência de uma série de carecimentos que não podiam esperar um futuro projetado. Por fim, uma pequena parcela do pensamento de esquerda ocupou-se de apontar o caráter conservador do ideário desenvolvimentista, procurando demonstrar como sua realização poderia apenas traduzir-se em aprofundamento das relações capitalistas de produção, e não exatamente como resistência à (ou subversão de) sua lógica.

O debate ocorre mais intensamente, de fato, entre o terceiro e primeiro grupos. Quanto ao primeiro, a crítica marxista é razoavelmente simples e direta, e muitos autores já se dedicaram a esse exercício. Em livro recente, por exemplo, Bonente (2016) demonstra extensiva e profundamente que o Estado desenvolvimentista não é uma arena de resistência às contradições e ao avanço da lógica do capital, mas, ao contrário, é a expressão de seu aprofundamento.

⁴ Para uma das melhores versões dessa tese, cf. Saad-Filho (2010).

⁵ Além de um aparato legal de proteção ao trabalhador.

A crítica dirigida ao segundo grupo, por outro lado, é em geral menos incisiva. Tal reticência é, contudo, facilmente compreendida. Como dirigir uma crítica negativa, a partir de uma perspectiva emancipatória, de um posicionamento que aponta para a urgência de garantir certos níveis de proteção social ou de, no pior cenário, resistir ao seu desmantelamento? A crítica a este tipo de esforço deve partir da investigação das condições de possibilidade de sua efetiva realização (ou seja, de que a resistência seja bem-sucedida).

A primeira coisa a sublinhar é que, não raro, os próprios pesquisadores que se ocupam, positiva e normativamente, do Estado desenvolvimentista (e, portanto, aquele capaz de sustentar um conjunto de instituições de bem-estar social) reconhecem abertamente que um dos pressupostos de uma intervenção bem-sucedida é algum tipo de engajamento do Estado no sentido de impulsionar a acumulação de capital. Este ponto já aparece de forma razoavelmente cristalina na discussão realizada por Evans e resumizada na seção anterior. Neste registro, cabe ao Estado atuar em duas pontas: de um lado, intervir estrategicamente no processo de acumulação de capital de modo a induzir transformações capazes de dinamizar a economia nacional e reposicioná-la na hierarquia econômica global; de outro, tributar adequadamente de modo a extrair receitas suficientes para tornar-se capaz de mobilizar os recursos necessários para criar e/ou sustentar o aparato de proteção social.

Raciocínio teórico à parte, essa é uma conclusão dificilmente contestável. No interior dos marcos de reprodução da sociedade capitalista, uma economia nacional débil é o pesadelo de qualquer Estado que pretenda sustentar instituições de bem-estar. Afirmar que o Estado deve impulsionar com sucesso a acumulação de capital para sustentar-se como Estado desenvolvimentista, ou já como um Estado de bem-estar social, não é suficiente, porém, para afirmar que ambas as formas tornaram-se inviáveis no capitalismo contemporâneo. É necessário demonstrar que a natureza da acumulação que viabilizou – por um breve período na história do capitalismo – os processos de “desenvolvimento” e a manutenção de amplas estruturas de bem-estar social transformou-se irreversivelmente.

4. Uma era que reclama explicação

Marx tratou extensivamente das condições de acumulação do capital ao longo dos três volumes de *O Capital*. No livro I, a análise centra-se nas condições de produção do mais-valor; no livro II, nas de realização do mais-valor produzido; e, no livro III, nos constrangimentos impostos à acumulação pela formação de uma taxa média de lucro e pela tendência à sua queda. O que importa ressaltar, aqui, é que, em todos esses momentos da reflexão marxiana, comparecem articuladas forças que tendem a deprimir a acumulação de capital e forças contra-arrestantes a essas tendências.

Um desses mecanismos de tendências e contra-tendências é crucial para a compreensão do tipo de interpretação que pretendo avançar. O impulso do capital a níveis cada vez mais elevados de produtividade (impulso este explicado pela lógica do mais-valor relativo) tem como um de seus desdobramentos centrais o crescimento da desproporção entre capital constante e capital variável. Em outros termos, é um impulso cuja sistemática efetivação tende a tornar o trabalho vivo crescentemente supérfluo, *em termos relativos*. Evidentemente, como, neste caso, a lógica que rege o metabolismo social é a da máxima expansão do valor e do mais-valor (e, portanto, do trabalho vivo objetivado), esta é uma tendência que, mesmo tendo origem na necessidade de máxima expansão do trabalho excedente, atua no sentido de arrefecer as forças da acumulação.

O próprio Marx aponta como o obstáculo à acumulação daí oriundo pode ser relativizado (contornado): a expansão do escopo de atuação do capital. Ou seja, mesmo tornando relativamente supérfluo aquilo que é a substância do valor (e a sua própria), o capital é capaz de recompor as condições de apropriação crescente de trabalho excedente expandindo-se extensivamente⁶: para novas áreas de produção, novos âmbitos da vida social, novas regiões geográficas etc. Em termos mais gerais, Marx (2017, p. 261) enuncia da seguinte forma a exigência imposta à reprodução ampliada do capital: “quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, uma quantidade

cada vez maior de capital é requerida para ocupar a mesma força de trabalho e, mais ainda, para ocupar uma força de trabalho crescente”.

Por outro lado, este mecanismo de compensação da força repulsora de trabalho vivo tende a esgotar-se à medida que são ocupados, explorados e exauridos novos espaços de valorização e, ainda, que os novos ramos de produção já entrem em cena com capacidade ou escala diminuta para absorver trabalho. Ademais, ao mesmo tempo em que tende a esgotar-se, tal mecanismo torna-se crescentemente necessário, à medida que a capacidade relativa do capital de empregar força de trabalho não apenas decresce, mas decresce *continuamente*.

De fato, Kurz (2014) sustenta que esse mecanismo de compensação teria se exaurido historicamente já na transição dos anos 60 para os 70 do século XX. Segundo o autor, a revolução da microeletrônica teria trazido em seu bojo a generalização da automação da produção, até então epifenômeno quase completamente circunscrito à indústria automotiva.

A partir disso, temos três resultados fundamentais: primeiro, a automação acelera/intensifica a força repulsiva de trabalho vivo; segundo, oportunidades de avançar e introduzir a lógica do capital a novas áreas tendem a escassear, à medida que o sistema amadurece; terceiro, mesmo

⁶ “A contradição interna procura ser compensada pela expansão do campo externo da produção”, (MARX, 2017, p.284).

o capital nos novos ramos já surge com capacidade reduzida de absorver trabalho, por assumir formas materiais cada vez mais autônomas/automatizadas.

Isso defronta o capital com o seguinte desafio: se o mecanismo aludido deixa de operar, a necessidade decrescente, em termos relativos, de trabalho imediato pode apenas desdobrar-se em uma capacidade decrescente de absorver trabalho *em termos absolutos*. Tal resultado, por sua vez, apontaria para uma massa de mais-valor potencialmente em contração e, no limite, uma crise do valor⁷. Este desafio não pode ser respondido, contudo, com um retorno a formas de produzir mais dependentes do trabalho. Como a lógica do mais-valor relativo e a do mais-valor extra demonstram, operar abaixo de um determinado nível *já generalizado* de produtividade corresponde simplesmente a dispêndio supérfluo de capital. Deve também estar claro que a busca por formas de produzir ainda menos dependentes do trabalho ao mesmo tempo “resolve” e aprofunda o desafio⁸.

É preciso enfatizar nesse momento uma implicação nodal para o raciocínio a ser apresentado na sequência. Se o referido mecanismo deixa de funcionar como decorrência de uma elevação extraordinária do nível geral de produtividade e se, como acabamos de afirmar, uma reversão dessa produtividade não reestabelece as condições da acumulação, então deixa de ser uma alternativa

viável ao capital compensar a queda da taxa de lucro via expansão da massa apropriada de mais-valor. Deixa de ser uma alternativa não apenas de maneira momentânea (ou cíclica), mas de maneira irreversível. As revoluções industriais anteriores não trouxeram implicações tão decisivas quanto essa porque apenas essa trouxe, enfim, a possibilidade de generalização de processos produtivos automatizados (*i.e.*, processos que prescindem dramaticamente do trabalho vivo).

O problema, do ponto de vista da reprodução do capital, pode ser ainda enunciado em termos mais abstratos. Uma das contradições mais bem estabelecidas da dinâmica dessa sociedade é aquela entre o desenvolvimento absoluto das forças produtivas e a riqueza fundada no valor (no trabalho vivo, portanto). Não por acaso, a marcha da acumulação esbarra cíclicamente em obstáculos que, por um lado, resolvem-se em crises, e, por outro, não “resolvem” a contradição, mas a lançam a níveis mais elevados/agudos. Como afirma Marx (2017, p. 289), a “produção capitalista tende constantemente a superar esses limites que lhes são imanentes, porém consegue isso apenas em virtude de meios que voltam a elevar diante dela esses mesmos limites, em escala ainda mais formidável”. É bem estabelecida a tese de que as crises repõem as condições para um novo

⁷ Para uma demonstração detalhada deste ponto, cf. Sá Barreto & Ventura (2016).

⁸ Porque aumentam a fração do valor novo apropriada como mais-valor, mas, por outro lado, intensificam a repulsão do trabalho vivo.

ciclo de acumulação. O que normalmente não é enfatizado o suficiente é que não repõem necessariamente *as mesmas* condições, mas as que se tornaram viáveis e/ou necessárias a partir do esgotamento, parcial ou completo, das anteriores. Uma vez que admitimos isso, parece menos extravagante a admissão de que tal contradição, além de produzir movimentos cíclicos, eventualmente atinja um clímax, nos termos de Kurz⁹.

Sá Barreto e Ventura (2016) demonstram como essa ideia pode ser sustentada a partir de insights do próprio Marx, presentes nos *Grundrisse*. Mas encontramos um raciocínio igualmente fecundo no famoso capítulo 15 do livro III de O Capital. Discutindo os desdobramentos de uma superacumulação, Marx (2017, p. 291; ênfases adicionadas) introduz a noção de superprodução absoluta de capital:

Uma superprodução absoluta de capital teria lugar tão logo [...] o capital tivesse aumentado em relação à população trabalhadora numa proporção em que não se pudessem ampliar nem o tempo absoluto de trabalho fornecido por essa população nem o tempo relativo de mais-trabalho [...]; isto é, tão logo [...] o capital incrementado $C + \Delta C$ não produziria um lucro maior, mas apenas igual ou até mesmo menor que o lucro do capital C antes de seu incremento por meio de ΔC .

Claro, Marx está aqui simplesmente levando o conceito de superacumulação ao limite para torná-lo mais inteligível. Mas se a lógica está

correta, não é um grande salto imaginar que isso possa efetivamente ocorrer em algum estágio do desenvolvimento da sociedade capitalista. Ou seja, se ao longo das sucessivas crises, superações e elevações a níveis superiores da sua contradição fundamental, o sistema explicita crescentemente sua própria lógica (desenvolve-se), porque excluir *a priori* a possibilidade de que esse movimento conduza-o concretamente a tal limite, a tal superacumulação absoluta?

Nesse registro, como a produção do mais-valor é progressivamente paralisada pela incapacidade do capital de absorver trabalho vivo, a resposta é escapar para formas fictícias de valorização do capital. Segundo Kurz (2014, p. 281),

a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a lei da massa de lucro absoluta crescente se encontram situadas em planos lógicos diversos: a queda da taxa de lucro constitui uma lei interna à dinâmica capitalista, ao passo que o crescimento da massa de lucro absoluta não é uma lei interna absoluta do capital, mas uma lei no sentido de um imperativo “para” o capital “com base nos seus fundamentos”.

Em outros termos, quando emperra, estruturalmente, a acumulação via mais-valor produzido, desloca-se o eixo da acumulação para o futuro, para títulos de apropriação de mais-valor futuro (LOHOFF & TRENKLE, 2014). Estaria aí, segundo

⁹ “Uma contradição dinâmica não pode ficar ‘em processo’ para todo o sempre, antes tem de culminar ou passar pelo seu clímax” (KURZ, 2014, p. 235).

Kurz, a raiz da explicação para a hipertrofia da esfera financeira como esfera relativamente autônoma, assim como de sua penetração em graus crescentes de protagonismo nas atividades que se convencionou denominar produtivas. Mais que isso, se tal fuga é impulsionada pelo esgotamento irreversível do mecanismo que permite compensar a queda da taxa de lucro pela expansão de sua massa, então a hipertrofia e protagonismo da lógica financeira que a acompanha são também irreversíveis.

Nesse momento, portanto, importa compreender como tais desdobramentos estruturais relacionam-se com a interpretação que devemos fazer do desmantelamento (ainda em curso) dos Estados de bem-estar e da ascensão da agenda neoliberal na virada dos anos 1970 para os anos 1980.

4.1. Des-substancialização do dinheiro e a obsessão anti-inflacionária

É o próprio Kurz que, novamente, dá-nos uma boa chave de leitura. A crise do valor, aludida acima, que corresponde a uma erosão potencialmente irreversível da categoria que rege a lógica do sistema, não implica um desmoronamento imediato ou simultâneo das formas de circulação que dela emergem, mas conduz a uma crise do valor de troca.

Todas as tendências de descolamento entre o conteúdo de valor do dinheiro e a sua denominação de valor, já analisadas por Marx (2013), são aqui elevadas à “enésima” potência. Não mais

esse descolamento limita-se às peças singulares de dinheiro, não mais a uma moeda, mas à forma social dinheiro em um sentido global. A manifestação histórica desse esvaziamento da substância de valor do dinheiro teria sido, segundo Kurz, o abandono do padrão dólar-ouro em 1971, último reduto de conversibilidade (em âmbito global) entre o papel moeda e o ouro. O autor sublinha que, por isso,

[a] inflação desde o início do século XX [...] não pode ser comparada, porventura, às primitivas “degradações da moeda” levadas a cabo pelos príncipes dos primórdios da Modernidade ou à desvalorização das primeiras emissões de papel-moeda (ainda por parte de bancos particulares), tratando-se agora de uma desvalorização do dinheiro que atingia a reprodução global de uma sociedade toda ela permeada pelo capitalismo, de base industrial e no âmbito de uma expansão histórica geral do crédito. (KURZ, 2014, p. 301)

Colocado em termos concretos, implica dizer que é imperioso para o capital sustentar as formas de circulação, manter o “valor como valor”. Ou seja, no vocabulário corrente, trata-se da tarefa, delegada ao Estado, de proteger a qualquer custo o valor da moeda.

Por essa perspectiva, a obsessão anti-inflacionária, que varreu o mundo a partir dos anos 1980, não seria explicada *simplesmente* por uma inflexão na concepção política nos principais centros de poder da economia capitalista, disparada

por fenômenos mais ou menos persistentes de estagflação. Ao contrário, tanto a inflexão quanto o fenômeno deveriam ser explicados pela maneira como o sistema desenvolveu-se, por força de sua própria lógica, e pelas novas exigências para sua reprodução que daí emergiram.

Por um lado, a virtual paralisação da geração de mais-valor inviabiliza crescentemente as formas de acumulação até então dominantes; daí a estagnação. Por outro, essa mesma paralisação, combinada aos níveis elevadíssimos de produtividade, des-substancializa crescentemente o dinheiro, exigindo o rompimento do sistema monetário baseado no dinheiro mundial conversível; daí o dinheiro mundial inconversível e (suprimindo uma série de mediações) os processos inflacionários que assolaram vários países no período. Por último, os desafios de sustentar as formas de circulação tipicamente capitalista e de recompor as condições de acumulação são “assumidos” pelo Estado na forma das duas diretrizes básicas que caracterizam a agenda neoliberal: (i) a obsessão anti-inflacionária, expressão da necessidade de assegurar a função estrutural do dinheiro; e (ii) a imposição de processos de liberalização (comercial, de investimentos e, principalmente, do mercados de trabalho e financeiro), reflexo do imperativo de abrir ao capital qualquer espaço ainda viável de valorização (CARCANHOLO, 2017a). Tratamos desse segundo ponto na sequência.

4.2. A economia política do esbulho

Há uma série de processos característicos da doutrina neoliberal que podem ser abordados nesse ponto. Os processos de liberalização comercial e de investimento, de liberalização e desregulamentação financeira, de privatizações e de flexibilização do mercado de trabalho são certamente os mais representativos. Apontá-los como característicos da era neoliberal e demonstrar sua íntima conexão com a lógica do capital não é exatamente uma novidade. O ponto decisivo, contudo, é que, mais do que uma relação no plano lógico, há uma relação no plano histórico (no sentido dado pela epígrafe utilizada na abertura deste artigo). Tal sentido é o de que, no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, formas antes viáveis (ou até consagradas) de gerir as benesses e mazelas do sistema tornaram-se irremediavelmente inviáveis. Conforme indica o título da subseção, discutiremos todos eles em torno da ideia de uma economia política do esbulho. Vejamos porquê.

Primeiramente, a liberalização comercial. Discutindo as forças contra-arrestantes à lei da queda da taxa de lucro, Marx aponta como o comércio exterior converte-se de base em produto sempre ampliado das necessidades internas do modo capitalista de produção. Interessa-nos aqui a maneira como o mecanismo subjacente à operação dessa força compreende, em seu núcleo, a transferência sistemática de valor (capturada nas

reflexões de Marini (1991) e outros teóricos marxistas da dependência). Segundo Marx (2017, pp. 276-277):

Os capitais investidos no comércio exterior podem produzir uma taxa de lucro mais elevada porque nesse caso, em primeiro lugar, compete-se com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes. Na medida em que aqui o trabalho do país mais adiantado se valoriza como trabalho de maior peso específico, aumenta a taxa de lucro ao vender-se como qualitativamente superior o trabalho que não foi pago como tal. [...] É exatamente como o fabricante que, utilizando um novo invento antes que este se generalize, vende mais barato que seus competidores e, não obstante, vende sua mercadoria acima do valor individual, isto é, que valoriza como mais-trabalho a força produtiva especificamente mais elevada do trabalho por ele empregado. Ele realiza, assim, um lucro extra. [...] O país favorecido recebe mais trabalho em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse excedente, tal como no intercâmbio entre o trabalho e o capital em geral, seja embolsado por uma classe determinada.

Como alertado ainda na introdução deste trabalho, não irei tratar das formas pelas quais essa transferência se processa criando, reproduzindo e aprofundando relações de dependência entre nações. Neste ponto de nosso raciocínio, importa perceber que, em um cenário de erosão

estrutural e irreversível das condições de acumulação, é acrescentado um novo caráter ao papel sistêmico da transferência internacional de valor. Nesse contexto, não se trata mais simplesmente de sustentar posições dominantes na hierarquia internacional ou de garantir as melhores condições possíveis à reprodução ampliada do capital nacional. Trata-se da necessidade de abrir ao grande capital qualquer espaço disponível ainda não completamente explorado capaz de conferir algum dinamismo expansivo que não esteja ancorado exclusivamente no jogo especulativo da esfera financeira.

Em outros termos, o que está sendo afirmado é que, uma vez atingido o estágio de desenvolvimento atual, a pressão exercida pelas economias centrais por abertura comercial e abertura ao investimento estrangeiro direto nos países periféricos não deve ser interpretada como uma alternativa estratégica (entre outras) para o crescimento econômico que um dia foi. Ao contrário, no quadro de crise estrutural delineado aqui, configura-se como um dos últimos recursos disponíveis para buscar injetar sobrevida à sociabilidade do capital.

Em segundo lugar, a desregulamentação do mercado de trabalho. Novamente, encontramos um ponto de contato com a teoria marxista da dependência. A tese central de Marini (1991), no que diz respeito às implicações mais diretas das relações centro-periferia sobre a força de trabalho,

é que a sistemática transferência de mais-valor para os países centrais obriga os capitais atuantes nos países periféricos a superexplorar a força de trabalho como forma de compensação de perdas. A superexploração, segundo Carcanholo (2013, p. 200), é uma categoria específica do capitalismo dependente e “redonda em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor”. É perfeitamente consistente a demonstração de que os fluxos de transferência internacional de valor exacerbam ainda mais a necessidade de extrair o máximo possível de excedente da força de trabalho nos países dependentes. Essa é, de fato, uma especificidade da realidade dessas economias. Há, no entanto, dois pontos que podemos avançar, partindo dessa base: (i) que essa máxima extração de excedente não tem caráter de pagamento abaixo do valor da força de trabalho; e (ii) que essa exigência impõe-se de maneira generalizada (*i.e.*, não apenas ao contexto de dependência) no capitalismo contemporâneo.

Para isso, precisamos retomar a análise marxiana da determinação do valor da força de trabalho (MARX, 2013). Como toda mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Nesse caso, particularmente, a mercadoria possui uma existência biológica, no indivíduo, então sua produção traduz-se em sua reprodução e manutenção. Dado que a reprodução e manutenção

da força de trabalho exigem um conjunto de meios de subsistência (já falaremos sobre esse conjunto), o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da força de trabalho é uma miríade dos tempos de trabalho socialmente necessários à produção desses meios.

A próxima questão decisiva é: o que determina a composição deste conjunto de meios de subsistência? Marx (2013) aponta quatro determinantes: (i) os meios absolutamente necessários à manutenção física do trabalhador, como substrato ineliminável da subsistência; (ii) os meios necessários à manutenção de seus dependentes (substitutos potenciais), já que a força de trabalho existe imediatamente em um corpo que envelhece e morre, e precisa ser eventualmente substituído; (iii) formação técnica mínima, pois a complexificação dos processos de trabalho exige que a força de trabalho apresente-se com níveis de treinamento e formação determinados; e (iv) eventuais conquistas da classe trabalhadora em termos de fruição (como, por exemplo, lazer, cultura, formas de previdência, férias, décimo terceiro salário, padrões de consumo mais sofisticados etc.).

Qual a importância de reprisar esses detalhes, tratados por Marx? Enfatizar que, “diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador

num determinado país e num determinado período é algo dado” (ibidem, p. 246; ênfase adicionada).

Sendo assim, a noção de um pagamento sistemático da força de trabalho abaixo do seu valor é anacrônica. Isso porque o pagamento sistemático de um salário que dá acesso a um conjunto contraído de meios de subsistência redefine, para aquele “determinado país” e “aquele determinado período”, o que de fato é o conjunto de meios de subsistência. O que ocorre, então, é a redução do valor da força de trabalho, não pela redução do tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência, mas pela redução da própria escala e/ou variedade dos meios de subsistência. É uma extração ampliada de excedente na forma de mais-valor relativo, mas que assume expressão material não no barateamento do consumo da força de trabalho, mas no estreitamento qualitativo e/ou quantitativo desse consumo.

O próprio Marx (2017, p. 274) parece apoiar essa leitura quando discute brevemente a compressão do salário abaixo do valor da força de trabalho como força contra-arrestante à queda da taxa de lucro. Em um curtíssimo parágrafo, afirma categoricamente: “esse aspecto não guarda nenhuma relação com a análise geral do capital [e, no] entanto, é uma das causas mais importantes de contenção da tendência à queda da taxa de lucro”. Não tem relação com a análise geral porque a compressão generalizada reconfigura, eventualmente, o próprio valor da força de trabalho. E,

recolocando a questão nesses termos, é uma das causas mais importantes porque, ao reconfigurar tal valor, extrai mais excedente na forma de mais-valor relativo.

Não há aqui um preciosismo categorial estéril. O que procuro sublinhar é que é uma possibilidade sempre em aberto ao capital compensar o arrefecimento do ímpeto da acumulação pela expansão do mais-valor relativo e que tal expansão pode também ser obtida pelo ataque coordenado bem-sucedido a conquistas da classe trabalhadora que, em algum momento da história, fizeram parte de seu conjunto de meios de subsistência.

Da mesma forma que no raciocínio anterior, a respeito da liberalização comercial, acrescenta-se a isso o seguinte: no capitalismo contemporâneo, essa é mais do que uma simples alternativa. É mais também do que uma alternativa que atende a uma necessidade circunscrita à dinâmica da reprodução dos países dependentes. É uma das poucas opções disponíveis ao capital para garantir condições mínimas de acumulação no âmbito do capital realmente ativo. O ataque neoliberal às leis trabalhistas e outras tendências de precarização do trabalho operacionalizam essa necessidade.

Em terceiro lugar, a obstinação privatizadora. Não é raro encontrar em concepções críticas (marxistas ou não) à doutrina neoliberal a caracterização de seu ímpeto privatizador como uma espécie de estratégia de expropriação.

Admitindo por ora essa ideia, encontramos claramente em Marx ao menos três âmbitos distintos de processos de expropriação. Em um primeiro âmbito, a acumulação “primitiva”, caracterizada pela transformação da propriedade coletiva em propriedade privada, *i.e.*, expropriação da propriedade coletiva. Em um segundo âmbito, a própria acumulação e concentração de capital, a expropriação do mais-valor criado pelo trabalho vivo. Em um terceiro âmbito, a centralização de capital, expropriação de capital alheio que se manifesta (como veremos) com maior clareza e intensidade na esfera financeira e não tem como pressuposto incontornável a produção de mais-valor.

A descrição acima não representa um ordenamento cronológico. Os três âmbitos coexistem simultaneamente e fazem parte da natureza do modo de produção capitalista e alimentam a sua reprodução. Porém, conforme venho insistindo ao longo do texto, nossa quadra histórica apresenta especificidades que não são de ordem cíclica. São indicativos de uma fase do desenvolvimento que traz consigo novos limites e, principalmente, a dissolução de alternativas anteriormente existentes.

Dos três mecanismos de expropriação mencionados acima, o segundo deteriora-se e perde seu vigor dinâmico. Daqueles que restam, o terceiro nos dá a chave para compreender a importância da liberalização financeira, a ser discutida

abaixo. O primeiro nos dá a chave para entender que a importância estratégica da privatização na agenda neoliberal não é mero fruto de prostração ideológica (embora seja também, para diversos “luminares” da doutrina). Nesse caso, retorna-se à expropriação da propriedade coletiva. Não se trata mais, contudo, da apropriação, sob certa forma, das pré-condições para a acumulação de capital. Trata-se do esbulho da propriedade coletiva para dar sobrevida ao capital (em geral) incapaz de reconstituir em escala suficiente suas bases para a acumulação.

Em quarto lugar, a liberalização e desregulamentação financeira. Basicamente, referimo-nos à liberalização e desregulamentação dos fluxos internacionais de títulos de dívida de diversos tipos (sobre a produção, o lucro, os rendimentos do trabalho, o orçamento público etc.). Em diversos outros momentos na história houve hipertrofia da esfera financeira¹⁰. No entanto, conforme discutido no início desta seção, o que distingue o período atual é que a possibilidade de retorno, em um movimento cíclico, ao protagonismo dinâmico do capital realmente ativo (*i.e.*, aquele que efetivamente se ocupa de gerar mais-valor pela adequada exploração da força de trabalho) foi concretamente exaurida pelo avanço das forças produtivas.

¹⁰ Cf. Arrighi (1994).

Nesse ponto, é necessário acrescentar algo. Os três primeiros pontos trazidos acima são rotas de fuga do capital de sua crise estrutural de acumulação, mas que apresentam seus próprios limites. A expansão do capital na esfera financeira, ao contrário, não encontra limites da mesma natureza. Em comparação com os demais processos, ela carrega uma série de disfuncionalidades próprias, mas é virtualmente ilimitada. Não por acaso, em seu estágio atual de desenvolvimento, a sociedade capitalista experimenta um aprofundamento progressivo de financeirização.

Essa tese impõe, naturalmente, uma pergunta, já formulada pelo próprio Marx (2017, p. 481): “se não houvesse acumulação real, isto é, aumento da produção e dos meios de produção, de que serviria acumular títulos de dívida em forma-dinheiro sobre essa produção?”. Ele mesmo responde da seguinte forma:

O homem comum de negócios desconta suas letras para antecipar a forma-dinheiro de seu capital, mantendo, assim, em marcha o processo de reprodução; não para expandir o negócio ou obter capital extra, mas para compensar o crédito que dá por meio do crédito que recebe. [...] O especulador, no entanto, descontará suas letras especulativas para expandir seu negócio, para cobrir um negócio duvidoso com outro da mesma natureza, *não a fim de obter um lucro, mas de obter a posse de capital alheio.* (*ibidem*, p. 483; ênfase adicionada)

É necessário, portanto, compreender o mecanismo pelo qual se obtém posse do capital alheio e, depois, o que exatamente isso significa para a reprodução geral do sistema. Carcanholo e Sabadini (2009) oferecem-nos uma ilustração didática que fornece um bom primeiro passo para destrinçar esse mecanismo. Supõem que o proprietário *A* de um imóvel de valor \$400 consiga vendê-lo a um comprador *B* por um preço \$1000, possível em virtude de um ambiente de especulação imobiliária. O que ocorreu com a riqueza de ambos? Antes da transação, *A* possui \$1000 (o preço de venda do imóvel) e *B* possui \$1000 (o dinheiro vivo¹¹ a ser usado na compra). Após a transação, ambos são ainda detentores das mesmas somas, mas *A* trocou \$400 de riqueza efetiva mais \$600 de riqueza fictícia¹² por \$1000 em dinheiro, riqueza efetiva. *A* apropriou-se de \$1000 referentes a riqueza efetiva, tendo comparecido na troca apenas com \$400. Abstraindo-se das variações estritamente especulativas, houve transferência de riqueza. O que *A* ganhou é precisamente o mesmo que *B* perdeu. Mas não houve ainda, nessa ilustração, apropriação de capital alheio. O complemento para chegarmos desse mecanismo de transferência ao mecanismo de apropriação de

¹¹ Concretamente, seria mais preciso dizer “a soma de ativos”. No entanto, para os objetivos da ilustração, é crucial que *B* seja inicialmente detentor de riqueza efetiva.

¹² Carcanholo e Sabadini (2009, pp. 47-52) utilizam a categoria *lucro fictício*. Porém, como não há aqui espaço para sua apresentação rigorosa, manteremos apenas a noção mais direta de que a variação meramente especulativa do preço do imóvel constitui aumento da riqueza para o indivíduo *A*, porém de natureza fictícia.

capital alheio nos é oferecido de modo sintético por Marx (2017, p. 524), utilizando de maneira mais geral a categoria de capital fictício:

esse capital não existe duas vezes: a primeira, como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Ele só existe nesta última forma, e a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar *pro rata* no mais-valor que aquele capital vier a realizar. A pode vender esse título a B, e B, a C. Essas transações não alteram em nada a natureza do problema. Com isso, A ou B converteram seu título em capital, mas C converteu seu capital em mero título de propriedade sobre o mais-valor que se espera do capital acionário.

Evidentemente, C reteve com a transação exatamente a mesma soma que cedeu. Transformou, no entanto, uma soma de capital em uma soma de capital fictício, enquanto A e B fizeram a operação inversa. A e B apropriaram-se, portanto, do capital de C.

Duas observações devem ser feitas a partir desse raciocínio. Primeiramente, o indivíduo B pode realizar a expansão de seu patrimônio se entre a compra de A e a venda para C houver uma valorização especulativa do título. Essa expansão, que, para todos os efeitos, é valorização do capital de B, ocorre de maneira independente da criação de mais-valor no presente. Em outros termos, a operação que visa o ganho especulativo, *i.e.*, a

apropriação de capital alheio, *prescinde da criação já consumada de mais-valor*. Ela se alimenta da expansão do valor total da riqueza fictícia e das transferências de riqueza substantiva que tal expansão habilita.

Em segundo lugar, ainda que se constitua (diretamente ou mediada por camadas de inovações financeiras) como título de propriedade sobre mais-valor futuro, essa riqueza fictícia comanda remuneração no presente e faculta a seu detentor acesso à riqueza social substantiva no presente. Por isso, desde o ponto de vista do indivíduo e do ato isolado, ela é riqueza “tão real quanto qualquer outro capital”. Desde o ponto de vista da totalidade, contudo, por estar fundada em valorização especulativa, são “pura fumaça” (CARCANHOLO & SABADINI, 2009). Sendo assim, ela tem esse caráter de riqueza “provisoriamente” real para o indivíduo tão somente enquanto a “fumaça” não se dissipar ou enquanto ela não for materializada pelo indivíduo em riqueza efetiva.

Com frequência (e especialmente em momentos de grande instabilidade), fortunas inteiras são dissipadas¹³ repentinamente pelo mero movimento especulativo. Aplica-se aqui o que foi sustentado acima: para a totalidade, é simples contração de riqueza fictícia; para o indivíduo, isso pode representar uma ruína bastante real, material¹⁴. Por isso, enquanto a dinâmica do ganho

¹³ Decerto, fortunas inteiras também podem ser erigidas da mesma forma.

especulativo é avaliada como razoavelmente segura, não há tantos motivos para refugiar na materialidade a riqueza assim obtida. No entanto, quando a “fumaça” da riqueza fictícia ameaça dissipar-se, asseguram de fato o enriquecimento substantivo aqueles que ganham a corrida por materializar primeiro seus ganhos fictícios.

Essa é apenas uma forma, entre tantas outras possíveis, de ilustrar o quão fragilmente o sistema financeirizado encontra-se apoiado em expectativas, projeções, humores coletivos etc. Não surpreende, portanto, a obsessão teórica do ideário neoliberal em identificar como tarefa prioritária de política econômica a gestão diligente das expectativas “do mercado”. E, mais uma vez, o que está em jogo é a própria reprodução do sistema. Para a razão conservadora não há, de fato, alternativa. Esse imperativo manifesta-se com total evidência na dívida pública.

4.2.1. Adendo: a economia política da dívida pública e a obsessão pela austeridade

Caracterizando a dívida pública como uma forma de capital fictício, Marx (2017, p. 523; ênfase adicionada) afirma:

O próprio capital foi consumido, gasto pelo Estado. Ele deixou de existir. O que o credor do Estado possui é: 1) um título de dívida pública, digamos de £100; 2) o direito, que esse título de dívida lhe confere, de participar das receitas anuais do Estado, isto é, sobre o produto anual

dos impostos, em determinada soma – digamos, de £5 ou 5%; 3) a possibilidade de vender a outros, quando quiser, esse título de dívida de £100. [...] Não importa quantas vezes se possam repetir essas transações, o capital da dívida pública continua a ser puramente fictício, e a partir do momento em que os títulos da dívida deixam de ser vendáveis se desfaz a aparência ilusória desse capital.

Ora, para que o direito de participar das receitas anuais do Estado seja possível, as contas do Estado devem estar minimamente saneadas. E para que seja possível a venda desses títulos, sem perdas, a terceiros, é preciso haver uma expectativa razoavelmente generalizada de que (2) é executável.

Podemos avançar esse mesmo raciocínio trabalhando o trecho inicial do capítulo 26 do livro III de *O Capital*, em que Marx cita o *The Currency Theory Reviewed*. Ali aparecem duas ideias pertinentes à nossa discussão. A de que a dívida pública funciona como meio de absorção da riqueza excedente e a de que há um nível máximo para a dívida pública, para além do qual ela perde a sua eficácia de absorção. Se o argumento construído até aqui estiver correto, claro está que, estando a sociedade do capital em um estágio de superacumulação crônica¹⁴, a dívida pública torna-se um destino crescentemente desejável e atraente

¹⁴ “A queda da cotação desses títulos nos boletins da Bolsa não tem nenhuma relação com o capital real que representam, mas sim com a solvência de seus proprietários” (MARX, 2017, p. 550).

¹⁵ Cf. páginas 130 e 131 deste trabalho.

ao capital excedente incapaz de operar como capital realmente ativo. Por outro lado, como a dívida pública é um título de apropriação sobre o orçamento futuro, ela certamente perde a sua eficácia de absorção de capital excedente quando deixa de ser crível que aquele título converter-se-á de mera expectativa em efetiva apropriação. Daí a noção de um nível máximo, que, porém, não pode ser determinado precisamente.

Para os detentores dos títulos da dívida, no entanto, é fundamental que não se ultrapasse tal nível. De acordo com Marx (2017, p. 531):

A acumulação do capital da dívida pública revelou-se como sendo apenas um aumento na classe de credores do Estado, que detêm o privilégio de retirar antecipadamente para si certas somas sobre a massa dos impostos públicos. [...] Esses títulos de dívida, que são emitidos sobre o capital originalmente emprestado e gasto há muito tempo, essas duplicatas de papel de um capital já consumido, servem para seus possuidores como capital na medida em que são mercadorias que podem ser vendidas e, com isso, reconvertidas em capital.

Aqui temos uma indicação que nos habilita a compreender um dos traços mais representativos das políticas de austeridade do Estado neoliberal: a exclusão das despesas financeiras das políticas de corte de gastos. Se a própria natureza da dívida pública é revelada dessa forma, como direito a retirar antecipadamente uma fração da soma dos impostos recolhidos, fica claro que a

exclusão das despesas financeiras das políticas de austeridade nada mais representa do que uma manifestação direta (no plano da política econômica) da natureza da coisa. Isso não implica, evidentemente, uma aceitação passiva dessas políticas, mas um redirecionamento da crítica para *a sociedade que as exige*.

Além disso, há duas relações que podem ser traçadas com pontos anteriormente delineados. Em primeiro lugar, o sistema da dívida pública claramente funciona como um poderoso mecanismo de redistribuição, do conjunto da população para um limitado grupo de apropriadores antecipados. Mais que isso, na medida em que o capital fictício habilita o comando sobre a riqueza real, ele opera como uma imensa máquina de converter riqueza fictícia em riqueza efetiva, posto que os títulos são fictícios, mas o Estado os remunera (devolvendo o montante principal ao final de um período determinado) em dinheiro¹⁶.

A segunda relação diz respeito justamente ao dinheiro e remete-nos novamente, ao mesmo tempo, à obsessão anti-inflacionária neoliberal, à política de privatização e aos seus zelosos cuidados com os humores do mundo financeiro. De acordo com o que encontramos em Marx (*ibidem* p. 574; ênfases adicionadas), uma desvalorização

¹⁶ Nesse sentido, Marx (2017, p. 535) afirma que a “acumulação da fortuna dessa classe [de credores do Estado] pode ter lugar de maneira muito distinta da acumulação real, mas, em todo caso, demonstra que essa classe embolsa uma parcela considerável desta última”.

do dinheiro fiduciário¹⁷, no qual é denominada a remuneração desses e de outros títulos,

(para não falar em uma desmonetização, afinal apenas imaginária, desse dinheiro) faria estremer todas as relações existentes. Sacrifica-se, portanto, o valor das mercadorias para assegurar a existência imaginária e autônoma desse valor no dinheiro. Como valor monetário, ele só fica assegurado enquanto estiver assegurado o dinheiro. Por uns poucos milhões em dinheiro, é preciso sacrificar, portanto, muitos milhões de mercadorias, o que é inevitável na produção capitalista.

Ou seja, a proteção à relativa estabilidade e aos ganhos da esfera financeira é a proteção ao próprio sistema. Sendo a agenda neoliberal a expressão ideológica e política dessa necessidade de conservação, é a agenda adequada ao capitalismo no qual a esfera financeira assumiu definitivamente o protagonismo do metabolismo socioeconômico. Como diz Marx, nessa tarefa é preciso sacrificar muitas coisas, inclusive o patrimônio público, por exemplo.

A referência à noção de esbulho que fizemos no título desta seção não pretende nem dizer que se trata de um fenômeno novo (por exemplo, a acumulação por expropriação, em Harvey (2005)), nem aludir simplesmente a processos de expropriação análogos à acumulação “primitiva”,

como em Fontes (2010). Pretende indicar que o esbulho, embora sempre presente na história interna do capitalismo, não tem mais o caráter de acumulação “primitiva”. Ao contrário, é de fato uma disputa por um espólio que perdeu a capacidade de realizar sua própria lógica em âmbito global (*i.e.*, crescer) e deve agora realizá-la ao menos no âmbito do capital individual. Ao longo dessa subseção, nosso esforço foi, a rigor, o de demonstrar que os processos típicos de expropriação, imanentes à lógica do sistema, convertem-se em processos de esbulho em seu estágio atual de desenvolvimento. E que a doutrina neoliberal confere razão teórica e instrumentos práticos a esse momento.

5. Considerações finais: socialismo, barbárie ou tragédia normalizada

O cerne da crítica marxista ao(s) desenvolvimentismo(s), como vimos, consiste em apontar que esta agenda nada mais representa do que um ideal de desenvolvimento *capitalista*, sendo portanto reformista e, nesse sentido, meramente anti-hegemônica. A partir disso, conclui-se que a via do “desenvolvimento”, assim compreendida, não tem, e nem poderia ter, potencial antissistêmico, sendo, portanto,

¹⁷ Nesta passagem, Marx refere-se ao dinheiro creditício, mas substituir essa categoria pela de moeda fiduciária apenas reforça o argumento subjacente.

inconciliável com uma perspectiva efetivamente emancipatória, comunista.

Convergi-mos para essa interpretação, porém com um sutil (mas crucial) acréscimo. Se dois pressupostos do “desenvolvimento” – entendido difusamente como uma ascensão na hierarquia econômica mundial e a sustentação de uma malha institucional de proteção à população – são a acumulação de capital e o envolvimento estratégico do Estado nesse processo, então devemos concluir que a via desenvolvimentista esgotou-se, concreta e historicamente, por dois motivos: primeiro, o eixo da acumulação desloca-se de maneira irreversível para a esfera financeira e, segundo, o envolvimento do Estado compatível com essa nova realidade é o envolvimento de contornos neoliberais. Ou seja, o Estado desenvolvimentista não teria sido derrotado na arena política e substituído pelo Estado neoliberal; ao contrário, ele transmutou-se no Estado neoliberal, alterando seu envolvimento com o processo de acumulação porque mudaram as condições dominantes vigentes desse processo.

Para que não haja mal-entendidos, é preciso sublinhar que a luta de classes não está abstraída (ou excluída) do argumento, ainda que não esteja tratada explicitamente. Reconhecemos simplesmente que essa luta não ocorre em abstrato, ou no vácuo. É evidente que, no seio da luta de classes surgem frequentemente projeções de outros mundos possíveis (radicalmente

transformados ou apenas “corrigidos”, reformados) e os equilíbrios e desequilíbrios de forças que se estabelecem são determinantes fundamentais das mudanças (ou conservações) que realmente se efetivam. Mas a luta, a balança de forças e as eventuais mudanças não podem senão partir das, e operar sobre, as condições presentes. E a condição central das formas consagradas de resistência ao assédio neoliberal define: a acumulação de capital apoiada sobre a geração e apropriação de mais-valor.

Consequentemente, sequer se trata mais de criticar o ideal desenvolvimentista (ou uma adesão relutante e provisória a ele), revelando sua raiz na exploração da força de trabalho. Trata-se de dizer que aquilo que chamamos de crise do valor fecha definitivamente até mesmo essa possibilidade. Em outros termos, os determinantes econômicos não dizem *a priori* quem vai ganhar as disputas, ou o quão frequentemente. Mas nem todas as vitórias obtidas são portadoras de projetos executáveis (dentro dos limites que elas mesmas se impõem, *i.e.*, a sociedade capitalista). O que se está afirmando, então, é que, nessa quadra histórica, ao contrário de todas as demais, o rol das plataformas executáveis (efetiváveis) reduziu-se dramaticamente.

Nesse sentido, de modo sintético, a crítica marxista sempre enxergou na via desenvolvimentista um posicionamento “em cima do muro”, entre um liberalismo mais selvagem (de primazia quase absoluta do mercado) e aspirações de emancipação

humana sustentadas por ideais comunistas; ou seja, entre a perpetuação da realidade capitalista e um outro mundo possível. O reposicionamento da crítica aqui proposto aponta para um acréscimo importante: este muro não mais existe.

Em outros termos, à esquerda não restaria mais a alternativa de colocar-se simplesmente como oposição à ordem neoliberal, nem mesmo em um sentido provisório. Enquanto não houver clareza a respeito disso, a resistência ao neoliberalismo continuará testemunhando traições, rendições ou fracassos no campo que se reivindica progressista e, mais grave, supervalorizando a explicação para esses eventos apoiada em fatores subjetivos. O PT, no Brasil, e o SYRISA, na Grécia, talvez sejam exemplos mais presentes e dramáticos em nossa memória recente, mas não custa lembrar que Clinton e Blair, figuras de proa da onda neoliberal dos anos 90, são também oriundos da centro-esquerda.

Para o leitor, o tom de vários trechos do artigo pode deixar a impressão amarga de que convergimos à afirmação thatcherista de que “não há alternativa”. Curiosamente, faríamos apenas uma pequena correção: “não há alternativa, *no capitalismo*”. O absurdo mundo neoliberal não se configura como retrocesso, como o discurso político da esquerda veicula frequentemente. Trata-se, ao contrário, de uma fase mais desenvolvida da sociedade do capital; a rigor, o melhor que ela tem a oferecer. E talvez não haja crítica mais

inteligível e potente que essa a ser feita a essa sociedade.

Todo o raciocínio que se procurou estruturar nesse trabalho não indica, em nenhum momento, a inevitabilidade ou iminência de um colapso do capitalismo. É verdade que nossa tese central afirma uma erosão irremediável da lógica mais essencial do sistema: a expansão do capital no âmbito da totalidade. Mas o que mobiliza o agir individual que reproduz cegamente a realidade social? As implicações mais essenciais no plano da totalidade ou os resultados mais imediatos da aparência? E no mundo financeirizado, os indivíduos não logram êxito em expandir seu capital via mecanismos de transferência de riqueza? Não é essa a chave do que chamei de economia política do esbulho? Por isso, a erosão progressiva da essência do sistema não implica seu colapso imediato (ou sequer necessário), porque a esfera do capital fictício possibilita aos indivíduos reproduzir em seu agir a lógica do capital (ainda que esvaziada progressivamente de conteúdo). E ao fazê-lo, ao mesmo tempo reproduzem e tornam necessárias as principais diretrizes da política neoliberal.

Assim, uma possibilidade ao menos tão plausível quanto um eventual colapso é a normalização, por um tempo mais ou menos longo, da tragédia social produzida e operada pelo ideário neoliberal. Normalização porque se trata do último reduto de funcionamento, ainda que sob

uma dinâmica altamente disfuncional, do tipo de metabolismo social ao qual o capital deu origem.

Por essas razões, é urgente que a esquerda que rejeita a tragédia do mundo neoliberal reconheça-se explicitamente como antissistêmica e se mobilize em torno de uma pauta de ruptura com a ordem vigente, abandonando em definitivo o desperdício de força intelectual e de mobilização em torno de pautas que a evolução da sociedade do capital tornou impossíveis, a não ser fora de sua própria lógica.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVITZ, M. "Catching Up, Forging Ahead, and Falling Behind.", *The Journal Of Economic History*, Cambridge, v. 46, n. 2, pp. 385-406, jun. 1986.

AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARRIGHI, G. *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*. London:Verso, 1994.

BANCO MUNDIAL. *The East Asian miracle: economic growth and public policy*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

BIELSCHOWSKY, R. "Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha." In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BONENTE, B. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Niterói: Eduff, 2016.

CARCANHOLO, M. "O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.", *Trab. Educ. Saúde*, v. 11, n. 1, pp. 191-205, jan/abr. 2013.

_____. *Dependencia, super-explotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Maia Ediciones, 2017a.

_____. "Marx(ism) and Public Debt: Thoughts on the Political Economy of Public Debt.", *Critique*, v. 45, n. 3, pp. 303-317, jul. 2017b.

CARCANHOLO, R.; & SABADINI, M. "Capital fictício e lucros fictícios.", *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 24, pp. 41-65, junho 2009.

CHANG, H. *Rethinking Development Economics*. Londres: Anthem Press, 2004.

CORREA, H. F. *Teorias do imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo*. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. "On the Road toward a More Adequate Understanding of the State." In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (Eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 347-366.

EVANS, P. *Embedded autonomy: States and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005

HIRSCHMAN, A. *A estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

KURZ, R. *Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.

LOHOFF, E. & TRENKLE, N. *La grand dévalorisation: pourquoi la spéculation et la dette de l'état ne sont pas les causes de la crise*. Rotterdam: Post éditions, 2014.

MARINI, R. M. *Dialéctica de la dependencia*. Mérida: Ediciones Era, 1ª reimpresión, 1991.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política, volume I* [1867]. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política, volume II* [1885]. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O capital: crítica da economia política, volume III* [1894]. São Paulo: Boitempo, 2017.

NURKSE, R. *Problemas de formação de capital em países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

PALMA, G. "Latin America during the second half of the twentieth century: From the "age of extremes" to the end of history uniformity." In: CHANG, H. (Ed.). *Rethinking Development Economics*. Londres: Anthem Press, 2004, pp. 126-151.

POSTONE, M. "Theorizing the Contemporary World: Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey." In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B. & WESTRA, R. (Eds.). *Political Economy and Global Capitalism: The 21st Century, Present and Future*. Londres: Anthem Press, 2010, pp. 7-23.

ROSTOW, W. "The Stages of Economic Growth", *The Economic History Review*, vol. 12, no. 1, pp. 1-16, 1959.

RUESCHEMEYER, D. & EVANS, P. "The State and Economic Transformation: Toward an Analysis of the Conditions Underlying Effective Intervention." In: EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (Eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, pp. 44-77.

SÁ BARRETO, E. & VENTURA, T. "Crise do valor: distintas interpretações e uma síntese possível.", *Verinotio*, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, pp. 152-176, out. 2016.

SAAD-FILHO, A. "Monetary policy in the neo-liberal transition: a political economy critique of keynesianism, monetarism and inflation targeting." In: ALBRITTON, R.; JESSOP, B. & WESTRA, R. (Eds.). *Political Economy and Global Capitalism: The 21st Century, Present and Future*. Londres: Anthem Press, 2010, pp. 89-119.

ŽIŽEK, S. *Menos Que Nada: Hegel e A Sombra do Materialismo Histórico*. São Paulo: Boitempo, 2013.